

# FORMAÇÃO SOBRE DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL PARA JORNALISTAS DO RIO GRANDE DO SUL

Ângelo Jorge Neckel<sup>1</sup>  
Deivison Cezar de Campos<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo investiga como as 22 graduações de Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham as relações étnico-raciais em seus currículos. Discute-se a legislação relacionada à área, observando as grades curriculares e informações prestadas pelas coordenações de curso e o MEC (Ministério da Educação). Utilizou-se os conceitos currículo de identidade social (SILVA, 1995) e preposições de ecologia dos saberes e reforma da universidade (SANTOS, 2014). A pesquisa concluiu que os cursos abordam a temática étnico-racial quase sempre em disciplinas transversais, com a questão tratada geralmente em disciplinas eletivas.

**Palavras-chave:** Currículo, educação das relações étnico-raciais, jornalismo, Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

This article investigates how the 22 journalism degree courses of Rio Grande do Sul work ethno-racial relations in their curriculum. It discusses the legislation related to the área, observing the curriculums and information provided by the course coordinators and the MEC (Ministry of education). It is used the concepts of curriculum and social identity (SILVA, 1995) and ecology prepositions of knowledge and university reform (SANTOS, 2014). The research concluded that the courses approach the ethnicracial issue often in cross-curricular, with the issue usually addressed in elective courses.

**Keywords:** Curriculum, education of ethno-racial relations, journalism, Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.634/96, indicava em seu texto inicial como importante o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas nos níveis fundamental e médio. As emendas 10.639/03 e 11.645/08 tornaram obrigatórias as duas temáticas no currículo das instituições. As diretrizes específicas à implementação do conteúdo pertencente às relações étnico-raciais foram estabelecidas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004), regulamentando a legislação vigente e estendendo-a às universidades. Nesse sentido,

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo/ULBRA - Bolsista PROICT/ULBRA.

<sup>2</sup> Professor - Orientador do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo/ULBRA (deivison\_campos@hotmail.com)

todos os cursos de graduação, incluindo o de Jornalismo, devem apresentar aos discentes conteúdos reflexivos sobre as etnias afro-brasileira e indígena.

Segundo informação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (SINDJORS, 2014), hoje existem 22 graduações em Jornalismo no estado. Do total, oito delas estão localizadas em Porto Alegre e região metropolitana, enquanto 14 situam-se em regiões do interior. O parecer orienta os cursos a contemplarem a temática no projeto pedagógico, com o auxílio de professores qualificados para lidar com tensões produzidas pela discriminação e a promover a educação inclusiva. Conforme o documento, dentre as principais providências, cabe às grades curriculares promover ações contra o racismo e demais formas de discriminação, além de fornecer instruções com vistas à consciência social e histórica da diversidade, através do conteúdo de disciplinas e atividades de pesquisa e extensão.

Por outro lado, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM, 2014), a quantidade de candidatos declarados negros ou indígenas corresponde a 57,91% e 0,62%, respectivamente. O número total de inscritos atingiu 8,7 milhões de estudantes, um aumento em torno de 1,5 milhões em comparação ao ano anterior (EBC, 2014), apontando a presença futura de mais alunos de diferentes etnias às universidades. O período atual também coincide com o fim do ciclo avaliativo dos cursos de Jornalismo pelo Ministério da Educação (MEC) com término em 2015, quando os cursos de graduação são avaliados através da aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), ou por visitas in loco no caso de baixo desempenho no ciclo avaliativo anterior.

Diante da iminência desses acontecimentos, o presente artigo analisa como as graduações em Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham a temática afro-brasileira e indígena. Com esse propósito, discute-se a legislação relacionada à área, observando as grades curriculares dos cursos de Jornalismo e utilizando informações prestadas pelas coordenações dos cursos.

## **METODOLOGIA**

Em um primeiro momento, foram comparadas a Lei de Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação Social e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. As inferências resultantes da comparação foram analisadas junto às grades curriculares disponibilizadas nos sites dos cursos. Para definir se as graduações possuem orientação humanística ou tecnicista e se operam conforme as Diretrizes de Comunicação Social ou conforme as Novas Diretrizes de Jornalismo foram consultadas as autorizações de funcionamento dos cursos no Diário Oficial da União.

Depois, foi aplicado um questionário aos coordenadores dos cursos para identificar quais disciplinas, além dos professores titulares, e atividades previstas nas grades curriculares correspondem ao ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. As respostas foram cruzadas com as respectivas grades curriculares. Visando apurar se os professores citados pelos coordenadores possuíam produções científicas sobre

questões étnico-raciais, verificou-se os currículos dos profissionais na Plataforma Lattes do CNPq.

Na fundamentação teórica, foi utilizada a teoria do currículo e identidade social, de Tomaz Tadeu da Silva, e ecologia dos saberes e reforma da universidade no século XXI, de Boaventura de Sousa Santos. Também foram citados trechos de documentos do CNE (3/2004; 1/2013).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social (CNE, 2002) e as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado (CNE, 2013) se dividem, com pequenas diferenças de nomenclatura, mas não de significado, em: Estruturação do curso; Perfil do Formando; Competências e habilidades, e Organização Curricular. No que se refere às competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo formando, as Novas Diretrizes acrescentam indicações quanto a atitudes e valores, além de orientarem a formulação do Plano Pedagógico do curso (CNE, 2013).

Comparando as Diretrizes Curriculares para o curso de Comunicação e as Novas Diretrizes para o curso de Jornalismo, percebem-se semelhanças e diferenças para a orientação da formação de jornalistas. As convergências se estabelecem no quesito de perfil do egresso e em trechos sobre a integração dos saberes aprendidos no curso com a prática profissional e fenômenos sociais. No entanto, as orientações para promoção dessa integração estão presentes de maneira detalhada apenas no texto das Novas Diretrizes no decorrer de todo o documento. Tanto as diretrizes antigas, quanto as atuais, refletem no modo como as grades curriculares são construídas.

Existem 22 graduações em Jornalismo no Rio Grande do Sul (SINDJORS, 2014). Do total, oito delas estão localizadas em Porto Alegre e região metropolitana, enquanto 14 situam-se em regiões do interior. Estão disponíveis nos sites de 21 cursos seus respectivos registros e currículos, dos quais 11 se autodenominam como habilitação de Comunicação Social e os outros dez como bacharelados em Jornalismo. Cinco cursos estão registrados como bacharelados em Jornalismo no Diário Oficial da União, sendo que quatro deles foram autorizados a funcionar após outubro de 2013, data de aprovação das Novas Diretrizes. Assim, a pesquisa considera que há 16 cursos de Comunicação Social e cinco cursos bacharelados em Jornalismo no estado.

Com o objetivo de identificar se as grades curriculares dos cursos de bacharelado e habilitações em Jornalismo do Rio Grande do Sul possuem orientação humanística ou tecnicista, adotou-se como critério o padrão de distribuição dos eixos de formação segundo a proposta das Novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo: “É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação, sendo 400 horas para cada eixo, em média” (CNE, 2009, p. 21). Assim, considera-se um curso de teor humanístico o que tem no mínimo seis disciplinas obrigatórias de ciências humanas, desde

que as mesmas possuam número semelhante de créditos em comparação às disciplinas de outros eixos de formação, aproximando-se de 400 horas/aula. De modo que apenas as disciplinas de Ciências Humanas foram contabilizadas na pesquisa e todos os currículos são orientados para o ensino da técnica jornalística, são denominados humanistas os cursos que demonstram equilíbrio entre disciplinas e atividades humanísticas, teóricas e práticas.

Das 21 grades curriculares observadas, nove possuem perfil humanístico e 12 têm perfil tecnicista. Dos cinco cursos bacharelados em Jornalismo, quatro possuem perfil humanístico. Para identificar se as disciplinas humanísticas das grades curriculares são diretamente ligadas ou não a conteúdos de Comunicação e Jornalismo, adotou-se a nomenclatura como critério para diferenciação, conforme os exemplos:

- 1) Sociedade e contemporaneidade: interpreta-se que a disciplina não tem relação direta com conteúdos de Comunicação e Jornalismo, apesar de poder tratá-los de maneira transversal.
- 2) Comunicação e Cultura: a inclusão da palavra Comunicação evidencia a união entre saberes de natureza humanística e saberes relacionados à área do curso.

De acordo com o método, dentre os cursos de perfil humanístico apenas uma das grades curriculares não ofereceu elementos suficientes para coleta de dados e interpretação. Cinco grades curriculares apresentam maior número de disciplinas sem relação direta com Comunicação e Jornalismo. Ao contrário, em duas grades currículos predominam disciplinas diretamente aplicadas à área majoritária do curso. Uma grade curricular apresentou o mesmo número de disciplinas diretas e indiretas.

Verifica-se a tendência de os cursos de perfil humanísticos oferecerem disciplinas independentes do ensino de Comunicação e Jornalismo, enquanto os cursos de perfil tecnicista dividem-se entre essa tendência e os que unem o ensino de outras áreas ao curso em uma única disciplina. Porém, nos cursos de bacharelado em Jornalismo, predominantemente humanísticos, há mais disciplinas de Ciências Humanas vinculadas à área do curso em comparação às que não tem ligação com Comunicação e Jornalismo.

Quanto à distribuição das disciplinas de conteúdo humanístico e das disciplinas tecnicistas ao longo dos semestres, Melo (2006) afirma que existe uma tendência na organização curricular dos cursos de Comunicação Social:

A busca do equilíbrio entre a formação humanística e técnico-profissionalizante do comunicador social na estrutura curricular dos cursos estas disciplinas ainda são compostas em dois eixos clássicos que acompanham o decorrer da história do ensino de Comunicação Social no Brasil, sendo as humanísticas nos primeiros semestres do curso (formação crítico-acadêmica) e as disciplinas técnico-específicas (formação técnico-profissionalizante) nos últimos semestres (MELO, 2006, p. 100).

Com base na afirmação do autor, a pesquisa indica que, dos nove cursos com viés humanístico, cinco contêm todas ou a maioria das disciplinas de Ciências Humanas distribuídas nos quatro primeiros semestres. Dois cursos contrariam a premissa do autor, tendo mais disciplinas humanísticas a partir do quinto semestre. Somente um dos cursos apresenta número igual de disciplinas humanísticas até o quarto semestre e após o mesmo. Houve uma grade curricular que não indicou os semestres das disciplinas.

Entre os 12 cursos mais tecnicistas, sete apresentam disciplinas humanísticas apenas nos quatro primeiros semestres. Nos cinco currículos restantes, predominam as disciplinas humanísticas ofertadas até o quarto semestre. Os cinco cursos bacharelados em Jornalismo apresentam a mesma tendência. Quatro deles possuem maioria de disciplinas humanísticas ofertadas até o quarto semestre. Dessa forma, apesar de a afirmação do autor ter sido concluída antes da promulgação das Novas Diretrizes, é possível inferir que tanto os cursos de Comunicação Social quanto os bacharelados em Jornalismo do estado mantêm a divisão de disciplinas humanísticas em dois eixos de formação.

Os currículos mostram que a maioria dos cursos do Rio Grande do Sul ainda é de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Também prevalecem as graduações com grades curriculares tecnicistas. Porém, no contexto de adequações às Novas Diretrizes de Jornalismo, dos cursos que renovaram suas matrizes curriculares, a maioria possui viés humanístico. No entanto, seguem a tendência dos cursos de perfil técnico-profissionalizante ao ofertarem disciplinas humanísticas, em média relacionadas diretamente ao Jornalismo. Essas inferências servem de base para a análise da inserção temática afro-brasileira e indígena através da História e da Cultura, áreas de conteúdo humanístico, entre as disciplinas e atividades previstas nos cursos, conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2004) prevê:

Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra (CNE, 2004, p. 14).

Ao encontro do estabelecido no Parecer, as Novas Diretrizes orientam para o conhecimento das raízes étnicas, cultura popular e da arte brasileira. Por seu turno, a Lei de Diretrizes de Comunicação Social, anterior ao Parecer, não menciona tais aspectos.

Para descobrir como as graduações de Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, foi enviado questionário para os e-mails institucionais de 22 coordenadores de curso. O questionário era composto somente de perguntas abertas:

Esta pesquisa é para saber quais as diretrizes dos cursos de Jornalismo do estado quanto à Lei 10.6369, relativa ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas e universidades. Assim, como o curso de Jornalismo que coordena aborda essa temática? Há algum professor que trabalhe especificamente com ela, e em quais disciplinas?

Um dos coordenadores recusou-se a participar da pesquisa. Outro coordenador teve a resposta desconsiderada, pois a grade curricular do curso no qual leciona não constava no site da universidade. Ao todo, foram analisadas 20 respostas.

Junto às indicações dos coordenadores, foram analisadas as grades curriculares dos respectivos cursos de Jornalismo para comparar e complementar as respostas dos docentes. Para Silva (1998), “[...] o currículo é muito mais que uma questão cognitiva, é muito mais que construção do conhecimento, no sentido psicológico. O currículo é a construção de nós mesmos como sujeitos” (SILVA, 1998, p. 196). A afirmação do autor se refere ao papel dos conteúdos que integram o currículo para a formação da identidade dos estudantes. Silva (1998) considera que a formulação do currículo considera importante incluir ou excluir, legitimar ou deslegitimar, dividir e representar se relacionam com a forma como os estudantes escolhem se posicionar e de que maneira se posicionam. A respeito do currículo como fator de influência na atuação do jornalista, as Novas Diretrizes de Jornalismo orientam atitudes/valores éticos do egresso para o exercício da profissão frente à realidade social (CNE, 2013).

Sobre a inclusão de atividades sobre e Educação das Relações Étnico-Raciais e conhecimentos de matriz africana e população negra (CNE, 2004), seis cursos responderam realizar seminários, palestras e mostras sobre o tema. Das seis graduações, quatro possuem características humanísticas<sup>3</sup> e tratam de cultura afro-brasileira e indígena, simultaneamente ou em diferentes momentos através de eventos de extensão. Dentre os cursos de perfil tecnicista<sup>4</sup> dois apresentam eventos de conteúdo étnico-racial, sendo um deles somente a respeito de cultura afro-brasileira.

Dos seis cursos que possuem atividades de extensão relacionadas à cultura e história afro e indígena, dois são de bacharelado em Jornalismo. Portanto, quatro cursos, que são habilitações da Comunicação Social, possuem atividades sobre a temática afro-brasileira e indígena, apesar de operarem segundo as Diretrizes antigas. O fato pode ser explicado pelo período de 10 anos que tiveram para se adequar ao Parecer do CNE. Contudo, coordenadores e grades curriculares de 14 cursos não apresentaram informações sobre a realização de atividades.

A fim de verificar quais cursos apresentam disciplinas específicas de cultura afro-brasileira e indígena, utilizou-se o critério de nomenclatura, conforme os exemplos:

---

<sup>3</sup> Consultar páginas 04 e 05.

<sup>4</sup> Idem.

- 1 ) História da África e História Afro-Brasileira: os nomes das disciplinas fazem alusão direta aos ensinamentos orientados pelo Parecer da CNE (2004).
- 2 ) Cultura Indígena: idem ao primeiro exemplo.
- 3 ) Educação Étnico-Racial: neste caso, atribui-se à disciplina o ensino de cultura afro e indígena.

Com base no critério adotado, cinco cursos de característica humanística apresentam disciplinas específicas de cultura afro-brasileira e indígena. Quatro deles têm apenas uma disciplina, sendo duas relativas à cultura afro-brasileira, uma à cultura indígena e uma de relações étnico-raciais. O curso restante possui três disciplinas, sendo duas acerca de cultura afro-brasileira e uma sobre cultura indígena. Dentre os cursos de perfil tecnicista, um possui disciplina de cultura afro-brasileira. Todas as disciplinas de currículos que privilegiam ensinamentos humanísticos ou ensinamentos técnico-profissionalizantes são ofertadas como optativas, sendo uma delas na modalidade de Ensino à Distância. Dos seis cursos que oferecem as disciplinas, apenas um opera segundo as Novas Diretrizes de Jornalismo.

Com isso, a maioria dos egressos não cursa disciplinas específicas de História e Cultura afro-brasileira e indígena pelo fato de todas elas serem ofertadas como eletivas. O resultado dessa ausência ocasiona a exclusão de representações específicas sobre as visões de mundo dos dois grupos no currículo e na vida discente, comprometendo as reflexões dos futuros profissionais. Sobre as representações de grupos sociais na matriz de ensino e, conseqüentemente, por parte dos estudantes, Silva (1998) considera que:

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e proscritas. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares sobre gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando em posições muito particulares ao longo dos eixos (SILVA, 1998, p. 195).

Observa-se também que, dos seis cursos com disciplinas optativas diretas, quatro estão entre os que apresentam atividades de extensão sobre a temática afro-brasileira e indígena. Constata-se um total de oito cursos que, segundo informações dos coordenadores, abordam a temática de maneira específica, seja em eventos, em disciplinas ou em ambos, o que corresponde a menos da metade dos cursos envolvidos na pesquisa. Entre os que atuam com as Novas Diretrizes de Jornalismo, um único coordenador afirmou que a respectiva grade curricular apresenta eventos e disciplinas sobre cultura afro e/ou cultura indígena, o que se confirmou após análise da mesma. Sousa (2004) defende a ecologia dos saberes, que propõe a junção de conhecimentos científicos e humanísticos tradicionais e de

culturas não eurocêtricas como área de ação para reforma democrática da universidade e contra a injustiça cognitiva:

A ecologia dos saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade (SOUSA, 2004, p. 56).

De modo que o nome das disciplinas específicas de ensino de História e Cultura afro e indígena atende as temáticas sobre as duas etnias, as demais disciplinas indicadas pelos coordenadores e observadas no currículo, cujos nomes não fazem alusão à temática, são consideradas transversais.

Portanto, segundo as respostas dos coordenadores e análise das grades curriculares, quase metade dos cursos não oferece disciplinas transversais obrigatórias voltadas ao ensino de conteúdos afro-brasileiros e indígenas. Também se percebe que os cursos tecnicistas correspondem à maioria dos que praticamente não abordam questões sobre os incluídos pela Lei, ao contrário das indicações sobre currículos com características humanísticas. Nesse sentido, nas graduações que operam segundo as Novas Diretrizes de Jornalismo predominam as disciplinas transversais obrigatórias. As respostas de coordenadores indicam mudanças a partir das adequações ao documento regulatório:

Entrevistado (a) 1: “Não há disciplina e nem professor específico para este assunto na grade. Mas, na nova grade que está em construção, este conteúdo está sendo previsto em meio a outros conteúdos em disciplinas como...”.

Entrevistado (a) 2: “Não há um professor que se dedique especificamente sobre o tema, pois ainda operamos com as diretrizes curriculares antigas. Para logo, até o final de 2015, vamos abordar esses temas com maior dedicação, tendo em vista a demanda das novas Diretrizes Curriculares e também a relevância que gênero, raça/etnia e acessibilidade ganharam na sociedade contemporânea”.

Os professores constituem um elo de mediação entre os conteúdos curriculares e os estudantes. Silva (1998) indaga sobre as implicações da inserção de conteúdos e grupos sociais no currículo, relacionadas ao papel do educador:

Quais conhecimentos estão incluídos e quais conhecimentos estão excluídos do currículo? Quais grupos sociais estão excluídos? Como resultado dessas divisões, dessas inclusões e exclusões, que divisões sociais – de gênero, raça, classe – são produzidas ou reforçadas? E, naturalmente, a pergunta a ser feita, é: qual nosso

papel, como educadores e educadoras, nesses processos de divisão e, portanto, de relações de poder? (SILVA, 1998, p. 197).

Os questionamentos do autor convergem com o Parecer da CNE (2014), pois o documento indica a necessidade de haver professores capacitados para “lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais” (CNE, 2004, p. 2). Nesse sentido, é importante que os professores detenham conhecimento e formação suficientes sobre história e cultura afro e indígena para promover a inclusão do tema em sala de aula.

Dos 20 coordenadores de curso, nove responderam quais professores lecionam conteúdos que envolvem História e Cultura afro-brasileira e indígena. Das nove respostas, quatro, todas de graduações com característica humanística, sendo duas de bacharel em Jornalismo, continham a indicação dos nomes dos professores. Um dos coordenadores, de um curso bacharel em Jornalismo, declarou apenas a área geral de formação dos profissionais. Quatro cursos não possuem docentes especializados na temática, conforme afirmações dos coordenadores.

De acordo com consulta ao currículo Lattes dos professores referidos nas entrevistas, três dos quatro cursos têm ao menos um docente com pesquisas sobre o tema, totalizando cinco profissionais. Três deles têm trabalhos e publicações a respeito somente da temática afro-brasileira, um possui artigos sobre ambas as temáticas e um, o único com formação em Jornalismo, possuía produção técnica acerca da cultura indígena. Dos dois bacharelados em Jornalismo com professores identificados com a história e cultura afro e indígena, um possui profissional com pesquisa sobre a temática.

Percebe-se que a história e cultura afro, mas principalmente a indígena, são menos representadas nas grades curriculares dos 20 cursos em comparação aos conhecimentos com base na cultura e na ciência europeia. Conforme Santos (2004), a resistência ao ensino de saberes locais e populares em detrimento de saberes eurocêntricos e formais é um fenômeno histórico da universidade brasileira:

A vinculação recíproca entre injustiça social e injustiça cognitiva será uma das ideias que mais resistência encontrará no seio da universidade uma vez que esta foi historicamente o grande agente do epistemicídio cometido contra os saberes locais, leigos, indígenas, populares em nome da ciência moderna. No Brasil, a resistência quiçá maior uma vez que a elite universitária se deixou facilmente iludir pela a ideia auto-congratatória do país novo, país sem história, como se no Brasil só houvesse descendentes de imigrantes europeus dos séculos XIX e XX e não, portanto, também povos ancestrais, indígenas e descendentes de escravos (SANTOS, 2004, p. 56-57).

O fato de menos da metade dos coordenadores terem citado os professores que trabalham a temática afro e indígena em sala de aula e a escassez de profissionais especializados, com pesquisas ou publicações, também oportunizam a discussão sobre o aprendizado e atuação dos futuros jornalistas. Souza (1998) considera a importância do currículo para a constituição do estudante enquanto sujeito e tomada de posicionamento frente a questões sociais:

[...] o currículo pode ser visto como um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos - e sujeitos também muito particulares. Pode-se dizer, assim, que o currículo não está evoluído num processo de transmissão ou de revelação, mas num processo de constituição e de posicionamento: e constituição do indivíduo como um sujeito de um determinado tipo e de seu múltiplo posicionamento no interior das diversas divisões sociais (SILVA, 1998, p. 195).

Sendo assim, é possível questionar quais os aprendizados e posicionamentos do egresso de Jornalismo sobre questões relativas a grupos étnico-raciais. A necessidade de o profissional difundir informações e conhecimentos relativos à diversidade cultural, crenças, tradições e raízes étnicas brasileiras (CNE, 2013), vai de encontro à ausência de professores com experiência sobre o tema. Isto possibilita a disseminação de visões estereotipadas das culturas afro e indígena e dos grupos representados por elas. Desse modo, as representações superficiais acerca de negros e indígenas embasadas tendem a se estender ao trabalho do jornalista em matérias, entrevistas e outros produtos midiáticos que contribuem para a constituição de visões de mundo da audiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As habilitações e bacharelados em Jornalismo do Rio Grande do Sul trabalham a temática afro-brasileira e indígena na maior parte das vezes em disciplinas consideradas transversais nas grades curriculares. A maioria dos cursos de Jornalismo ainda é de habilitações em Comunicação Social e possui viés tecnicista. Por sua vez, quase todos os cursos bacharelados em Jornalismo, que se adequaram às Novas Diretrizes da área, são de perfil humanístico. No entanto, poucos coordenadores afirmam que seus cursos abordam as relações étnico-raciais em eventos de extensão e a temática é tratada de maneira específica apenas em disciplinas eletivas.

Os egressos de habilitação e bacharelado em Jornalismo tendem a não adquirir conhecimentos específicos sobre História e Cultura afro-brasileira e indígena. Caso os outros 17 cursos tomem por base as grades curriculares da maior parte dos cursos que migraram as Novas Diretrizes, a tendência é que os profissionais formados sigam com menos chances de participarem de atividades e cursarem disciplinas obrigatórias acerca da temática. A perspectiva se agrava pelo fato de não haver docentes especializados para

lecionar conteúdos sobre os dois grupos étnico-raciais, inclusive em disciplinas específicas, apesar dos 10 anos de vigência do Parecer da CNE.

Além da inclusão de conteúdos sobre negros e indígenas no currículo dos cursos de habilitação e bacharelado em Jornalismo, discute-se como os dois grupos são representados. Valoriza-se neste caso a inserção da discussão em atividades e eventos de extensão, quando os representados podem tornar-se protagonistas, sem reduzir a importância da abordagem em disciplinas transversais. O motivo é a existência de tradições, costumes, saberes e manifestações peculiares à cultura afro e indígena, fundamentais para construção histórica e contemporânea da identidade do povo brasileiro. Também fazem parte dessa relação personalidades com atuações em diferentes áreas, como política, artes, tecnologia, dentre outras.

Ignorar a diversidade cultural dentro desses grupos significa abrir precedentes para visões estereotipadas, quando não preconceituosas e discriminatórias sobre os mesmos. A melhor inserção de negros e indígenas no currículo se faz necessária para oferecer orientações distantes do senso comum. Nesse processo de tomada de posicionamento, estão os estudantes e futuros jornalistas, responsáveis por informar o público da maneira ética e precisa e a conhecer a História e a Cultura do país e de seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP 3/2004**. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES 1/2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <[http://www.fenaj.org.br/educacao/novas\\_diretrizes\\_curriculares\\_jornalismo.pdf](http://www.fenaj.org.br/educacao/novas_diretrizes_curriculares_jornalismo.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES 16/2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Comunicação Social. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES162002.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação**. Portaria Nº 203/2009, 2/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_final\\_cursos\\_jornalismo.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2014.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Governo Federal, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Governo Federal, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 11. 645, de 10 de março de 2008**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “Historia e Cultura Afro-Brasileira e indígena. República Federativa do Brasil. Brasília, Governo Federal, 2008. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 maio 2008.

MELO, Paulo Sérgio de Oliveira. A formação atual do comunicador social no Brasil: ECA/USP - um estudo de caso. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais da FAIT**, v. 1, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000383376&fd=y>>. Acesso em: 19 out. 2014.

RICHARD, Ivan. Número de inscritos no Enem chega a 8,7 milhões e supera expectativa do governo. **EBC Agência Brasil**, Brasília, 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-06/numero-de-inscritos-no-enem-chega-87-milhoes-e-supera-expectativa-do>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Séc. XXI**: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO RS. **Universidades de Jornalismo**. Porto Alegre: SindJors, 2013. Disponível em: <<http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php/2013-11-21-15-35-42/futuros-profissionais-for-macao-profissional/universidades-de-jornalismo.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014.